

política

Para Fachin, Judiciário deve ser referência de estabilidade

Ministro projeta que 2026 marcará 'fortalecimento institucional'

/ STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, disse em mensagem de final de ano divulgada pela corte que o País ainda tem "graves deveres históricos a cumprir" e que o Judiciário "deve ser referência de firmeza, estabilidade institucional e de serviço à sociedade".

Ele também rogou que 2026 seja um ano de "fortalecimento institucional". "Que nos acompanhem a serenidade para decidir, a coragem para proteger direitos e a convicção de que a Constituição permanece sendo, ao mesmo tempo, nosso limite e nosso horizonte", afirmou.

Fachin ainda usou a mensagem para reiterar sua defesa da "autonomia e da independência da magistratura", com "integridade institucional e com a promoção contínua da segurança jurídica, da eficiência e da transparência".

O ministro tem se posicionado a favor da manutenção de certas garantias do Judiciário como forma de manter a independência da magistratura. A reforma administrativa em tramitação no Con-



Edson Fachin enfatizou 'autonomia e independência da magistratura'

gresso busca rever algumas dessas garantias, classificadas por críticos como privilégios - entre eles, a aposentadoria compulsória como sanção disciplinar e o direito a férias de 60 dias.

"A confiança da sociedade é construída, dia após dia, pela coerência das decisões, pela responsabilidade das ações e pela abertura permanente ao aperfeiçoamento", destacou o ministro.

Desde que assumiu a presi-

dência do Supremo, em setembro, Fachin tem defendido a adoção de um código de ética na corte - iniciativa que enfrenta resistência entre os colegas e figura entre as prioridades de sua gestão. O debate ganhou força nos últimos meses, após a revelação de um contrato entre a esposa do ministro Alexandre de Moraes e o Banco Master e da viagem de Dias Toffoli na companhia de outro advogado do banco em um avião particular.

sociedade na integridade e na imparcialidade dos agentes públicos, especialmente daqueles que ocupam cargos de elevada responsabilidade", afirma o documento.

Furtado cita como referências os códigos de conduta adotados em países como Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. Segundo ele, a experiência internacional demonstra que a divulgação de rendimentos obtidos em atividades extrajudiciais e a adoção de códigos de conduta são instrumentos eficazes para reforçar a transparência e a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Câmara de Cachoeirinha agenda votação de cassação do prefeito

/ LEGISLATIVO

Francisco Conte
franciscoc@jcrs.com.br

A presidente da Câmara de Vereadores de Cachoeirinha, Jussara Maria da Silva, marcou para esta sexta-feira, às 10h, a Sessão Extraordinária de Julgamento que irá tratar da cassação do mandato do prefeito da cidade, Cristian Wassem (MDB).

Tanto Wassem quanto seu vice, Delegado João Paulo, enfrentam dois processos de investigação na Câmara de Vereadores pelo uso indevido de meios de comunicação nas eleições e repasse

irregular de verbas durante as eleições de 2024.

No documento de convocação à Sessão Extraordinária divulgado no Diário Oficial da Câmara de Cachoeirinha, a presidente Jussara afirma que o momento é grave e a medida tem como objetivo "estancar a crise institucional".

Em nota, o prefeito afirma que o processo de cassação "é uma tentativa de golpe" e assegurou o compromisso do seu mandato com a transparência em respeito à população de Cachoeirinha.

Para a cassação do mandato, são necessários 12 votos dos 17 vereadores.

Número de deputadas dobra, mas Brasil é último na América do Sul

/ CONGRESSO NACIONAL

O Brasil registrou, de 2005 a 2025, um aumento de 111% no número de mulheres ocupando cargos na Câmara dos Deputados e de 60% no Senado Federal. Os números, no entanto, ainda são considerados insuficientes por especialistas, quando comparados à representatividade feminina nos demais países da América Latina.

Dados de relatórios da União Interparlamentar, associação global dos parlamentos nacionais, e da ONU Mulheres, organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero, analisados pela reportagem, mostram que o Brasil caiu 41 posições nos últimos 20 anos em ranking que posiciona os países quanto à representatividade nas câmaras baixas ou unilaterais Câmara dos Deputados, no caso da política brasileira.

O país saiu do 92º lugar em 2005 para o 133º em 2025, mesmo com o registro de crescimento no número de vagas ocupadas por mulheres no Congresso Nacional. Dos 513 deputados, 44 eram mulheres há 20 anos. Hoje, são 93 deputadas, conforme dados referentes a 1º de janeiro de 2025.

O avanço foi mais tímido no Senado. Antes, das 81 vagas, 10 eram ocupadas por mulheres, e agora são 16 senadoras.

O crescimento fica aquém do esperado, tanto em relação ao registrado em outros países da América Latina, quanto se considerado que a primeira legislação que instituiu a cota de gêne-

ro para candidaturas fez 30 anos em 2025.

O país latino com melhor desempenho nesse aspecto é Cuba, segundo lugar no ranking mundial, atrás apenas de Ruanda, na África. A ilha caribenha tem 55,7% do parlamento unicameral ocupado por mulheres (262 das 470 posições). Em 2005, as mulheres ocupavam 35% dos cargos. Em terceiro e quarto lugares estão Nicarágua (55% da câmara única) e México (50,2% da Câmara dos Deputados e 50% do Senado), respectivamente. Em sétimo, a Costa Rica (49,1% da câmara única).

No Brasil, mulheres representam 18,1% da Câmara e 19,8% do Senado. O país ocupa a 133ª posição na lista global, o pior desempenho em representatividade feminina na América do Sul, bem atrás de países como Bolívia (8º lugar), Equador (19º), Argentina (20º) e Guiana (28º), os mais bem posicionados.

Para Débora Thomé, doutora em ciência política e professora do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), isso significa que os partidos precisam investir mais em candidaturas femininas, tornando-as verdadeiramente competitivas.

"Esse avanço do número de mulheres nesse quarto de século é irrisório", afirma. "O Brasil e os outros países latino-americanos tinham medidas muito parecidas de mulher na política antes dos anos 2000. Hoje, entre os dez melhores países do mundo de representação feminina, muitos são latino-americanos, e o Brasil continua lá atrás", acrescenta.

MP junto ao TCU cobra regras sobre rendimentos

/ TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), Lucas Rocha Furtado, protocolou uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) para que a Corte examine a adoção de normas que obriguem agentes públicos, inclusive membros do Judiciário, a tornar públicos os rendimentos obtidos com atividades extrajudiciais, como palestras, publicações e participações em eventos. O pedido é feito no momento em que o presidente do Supremo Tribunal Fede-

ral (STF), ministro Edson Fachin, defende a criação de um código de conduta para magistrados de tribunais superiores.

Na representação, Furtado argumenta que a ausência de regras claras sobre esse tipo de atividade compromete a confiança da sociedade no Judiciário. Para ele, a falta de um código de conduta fragiliza a percepção de integridade e imparcialidade de autoridades que ocupam cargos de alta responsabilidade.

"A meu ver, essa falta de regulamentação é um problema grave, pois compromete a confiança da

Correção

Diferentemente do que foi publicado na edição do dia 1º de janeiro, o Executivo gaúcho está solicitando a adesão ao programa de renegociação da dívida do Estado com a União na modalidade com abatimento de 20% do saldo devedor atual, o equivalente a aproximadamente R\$ 21 bilhões, em valores nominais, a menos sobre a dívida total de R\$ 106,5 bilhões. Com isso, o governo ingressaria no chamado "pacote 1" do programa, com redução dos juros reais para 0% e destinação de 1% da correção monetária ao Fundo de Equalização Federativa (FEF) e de 1% para investimentos no próprio Estado.